

**Administração de Armações Baleeiras – uma atividade extra para a Marinha  
(Santa Catarina – 1826 a 1831)**

**Profa. Dra. Nelma Baldin  
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**

**Para uma introdução - As Armações de Pesca da Baleia<sup>1</sup> no Brasil Colônia**

No Brasil Colônia a atividade da caça à baleia era Monopólio Real. A exploração da operação era arrendada a comerciantes ou grandes pescadores – investidores da área. Para tanto, os interessados firmavam um Contrato Real onde os contratantes ficavam encarregados da construção, instalação e manutenção das Armações. Rezava ainda o Contrato Real que uma vez edificadas, as Armações e todo o seu patrimônio tornavam-se propriedade da Coroa Real. Aos Contratantes, cabia-lhes o direito da exploração da pesca e a venda dos produtos como a carne, as barbatanas, os ossos e especialmente o óleo, também chamado de “azeite”.

**Santa Catarina - pesca da baleia de meados do Séc. XVIII até inícios do Séc. XIX.**

Em 1741 celebrou-se o primeiro contrato entre a Coroa e o comerciante Tomé Gomes Moreira para a instalação da primeira Armação de Pesca da Baleia em Santa Catarina: Armação da Piedade – hoje o Município Governador Celso Ramos. A partir daí, desenvolveu-se toda a atividade em todo o litoral catarinense. Nesse sentido, o período de maior impulso para a pesca da baleia em Santa Catarina foi de 1765 a 1800. Nessa fase, construíram-se Armações ao longo da costa catarinense e foram exploradas intensamente as técnicas de pesca então conhecidas e disponíveis. Em 1801 deu-se a finalização dos Contratos Reais de pesca e os celebrantes eram os irmãos Quintella (Armação da Piedade). Vários foram os motivos que levaram a essa

---

<sup>1</sup> Usa-se aqui as expressões “Armações de Pesca da Baleia” e “pesca da baleia” porque nos documentos originais estudados (dos Séc. XVIII e XIX) que fundamentaram o livro *A Intendência da Marinha de Santa Catarina e a questão da Cisplatina* desta autora e fonte fundamental deste texto as referências que aparecem são sempre “pesca da baleia”. Hoje, os estudiosos atribuem para essa atividade o termo “caça às baleias”.

finalização dos contratos entre os investidores da pesca e a Coroa Real, e dentre eles, o mais provável foi a concorrência dos baleeiros ingleses e norte americanos que possuíam equipamentos mais potentes e modernos que possibilitavam técnicas mais cruéis e eficientes em alto mar - o que afugentava os cetáceos dos mares do sul do Brasil. Em consequência, decaiu sensivelmente o volume de pesca da baleia no litoral de Santa Catarina tanto por falta de investimentos dos empreendedores nacionais que viam a concorrência estrangeira como um problema “sem solução” e, principalmente, pela progressiva ausência dos cetáceos. Há que se considerar também como um fator influenciador da progressiva ausência dos animais os maus tratos que lhes eram aplicados durante a pesca.

Nos anos de 1816, 1817 e 1821 a Coroa ainda tentou reativar o movimento da pesca, porém sem sucesso, pois a produção caíra acentuadamente e isto acabava causando prejuízos aos contratantes. E, daí, o desinteresse dos pescadores nessa prática. Mas, embora o final melancólico da atividade de *pesca oficial* (monopólio Real) da baleia no litoral catarinense, há que se considerar que desde meados do Séc. XVIII até inícios do Séc. XIX essa atividade foi intensa, progressiva e constante.

### **Armações de Pesca da Baleia no litoral catarinense (1826-1831)**

Com a finalização dos Contratos Reais de pesca da baleia a partir de 1801, coube aos os contratantes (arrendatários) a devolução das Armações para a Coroa, uma vez que conforme o contrato, o patrimônio era Propriedade Real. E essas ações passaram a acontecer de 1816 em diante. A partir de então, com a real decadência da atividade pesqueira, as Armações de pesca, as suas construções e utensílios ficaram totalmente abandonados e sofrendo constantes depredações. E essa foi uma situação que durou por dez anos (1816-1826).

Dadas as perdas que a Coroa vinha tendo com o abandono das Armações baleeiras, em 1826 por decisão do Imperador D. Pedro I, determinou-se que a Intendência da Marinha de Santa Catarina teria então a função de reerguer e reorganizar a atividade da pesca da baleia nas Armações em depredação. Essa atuação da Marinha nas lides da pesca da baleia, uma função extra regulamentar nas suas atividades, durou até 1831.

As Armações baleeiras, já agora de propriedade Real e sob a administração da Marinha, foram: Nossa Senhora da Piedade - hoje no Município Governador Celso

Ramos; Lagoinha - localizada na ilha de Santa Catarina; Itapocoroi - localizada no hoje Município de Penha, mas que à época estava ligado ao hoje Município de Itajai. Essa Armação possuía um suplemento pesqueiro na Ilha da Graça, no Município de São Francisco do Sul (era um outro ponto de pesca - como se uma outra Armação de Pesca - porém de menores dimensões); e Garopaba. A Armação de Garopaba também contava com um ponto suplementar de pesca (como se uma outra Armação de pesca menor) que era localizado no hoje Município de Imbituba.

Em 1827 já tiveram início as primeiras ações da Intendência da Marinha de Santa Catarina<sup>2</sup> quanto ao uso das Armações de Pesca da Baleia - fez-se uma campanha de oferta de leilão das Armações em novos contratos a pescadores particulares (ofertas pelo maior lance). Embora tenha havido propostas e as Armações de Pesca tenham sido avaliadas e reutilizadas por pescadores interessados na atividade por um determinado tempo, tal iniciativa, porém, resultou em pouco sucesso. Os grandes pescadores locais ou nacionais não se sentiam motivados a investir numa atividade que, entendiam, estava extinta. No entanto, mesmo sem interessados, em 1828 a Coroa Real ainda insistia com a Intendência da Marinha para que essa providenciasse o oferecimento de todas as Armações de Pesca em novas propostas a novos investidores pesqueiros. Mas, não havia movimentação e nem interessados. A atividade da pesca da baleia realmente demonstrava-se finda.

---

<sup>2</sup> A partir de 1808 com a vinda da família real para o Brasil, os interesses da Coroa Real voltaram-se para o sul do continente americano uma vez que centraram-se na recuperação da Província Cisplatina onde estava a vila Colônia do Sacramento fundada pelos portugueses em 1680 mas perdida para os espanhóis em 1750 por decisão firmada pelo Tratado de Madrid. Para tanto, em 1816 D. João VI deflagrou a guerra da Campanha Cisplatina. Com essa guerra, o movimento comercial do porto da Vila do Desterro teve um aumento de volume em direção ao sul (para o Uruguai e Argentina). Para essa campanha de (re)anexação da Província Cisplatina cuja capital era a Colônia do Sacramento, a Corte portuguesa necessitava de *um ponto de apoio logístico* em território brasileiro. A Intendência da Marinha da Corte, situada no Rio de Janeiro, distanciava-se da região do Rio da Prata onde aconteciam as escaramuças da guerra. Mas a vila do Desterro apresentava-se estrategicamente como um ponto mais próximo do teatro de operações. Assim, Desterro foi escolhida para ser o ponto de apoio para o suprimento do aprovisionamento à Campanha Naval e Militar que então se desenvolveu. Porém, o porto do Desterro precisava de infra estrutura e para sanar essa necessidade criou-se, em 1817, a Intendência da Marinha de Santa Catarina e a função de Intendente para dar suporte à guerra que já havia iniciado em 1816. O Capitão de Fragata Miguel de Souza de Mello e Alvim foi nomeado o primeiro Intendente e em 1828 Mello e Alvim foi substituído, na Intendência da Marinha, pelo Tenente José Maria Pinto. Em 1822, após a independência do Brasil de Portugal, ocorreram mudanças estruturais no Brasil e uma delas foi a outorga, por D. Pedro I, da 1ª Constituição do país em 1824. Em vista das mudanças advindas dessa Constituição, novas modalidades de atribuições funcionais foram incorporadas à Intendência da Marinha de Santa Catarina, dentre elas, atribuições extra-regulamentares tais como o controle administrativo das Armações de Pesca da Baleia, a administração e recepção de imigrantes (em especial imigrantes alemães) e a contribuição no povoamento e na colonização da antiga Colônia - depois Província.

Como não havia investidores para as novas propostas oferecidas, o Intendente da Marinha sugeriu, à Corte, nova destinação às Armações. Para a Armação de Itapocorói, o Intendente sugeriu a retirada dos escravos e utensílios (venda em leilão público). A sugestão do Intendente foi acatada pela Corte e ainda aventou-se que a Armação, embora fosse insignificante enquanto póvoa, que fosse convertida em Freguesia. O Intendente da Marinha sugeria, ainda, que com ajuda da Coroa, em poucos anos essa Armação poderia vir a crescer e a transformar-se de Freguesia em Povoação. Quanto à Armação da Ilha da Graça (ponto de pesca suplementar da Armação de Itapocorói), a sugestão do Intendente à Coroa foi a de fechamento, com o recolhimento dos utensílios e escravos que ali havia e destiná-los à Armação da Piedade. Em relação à Armação de Garopaba, a sugestão centrou-se sobre a retirada dos escravos e seus utensílios destinando-as à venda em leilão público. Ainda, o Intendente sugeriu à Corte que a Armação fosse convertida em Freguesia. Entendia o Intendente que com a ajuda da Coroa, em poucos anos e com desenvolvimento local, haveria a possibilidade de transformar-se de Freguesia para Povoação. E no que se referia à Armação de Imbituba (ponto de pesca suplementar da Armação de Garopaba), a sugestão do Intendente à Coroa foi de recolhimento total dos utensílios e escravos e destiná-los à Armação da Piedade. Sugeria também de convertê-la em Freguesia pois embora fosse uma pequena póvoa, o Intendente via, ali, possibilidades de crescimento e de instalação futura de algum porto comercial.

### **O destino final das Armações necessárias ao Serviço da Província ou da Coroa**

A partir de 1828, portanto, as Armações de Pesca de Baleias não mais foram ofertadas para arrendamento e como já exposto acima, passaram a ser “desmanchadas” e destinadas para outros fins. Mas, havia exceções. Aquelas Armações consideradas necessárias e úteis ao Serviço Público da Província ou ao Serviço da Coroa não foram desativadas e ficaram em definitivo sob a administração da Marinha. Essas foram: a Armação da Piedade e a Armação da Lagoinha.

A Armação de Nossa Senhora da Piedade (Armação da Piedade) passou a concentrar em suas construções os escravos que trabalhavam nas demais Armações de pesca desativadas e abandonadas, a servir como Arsenal da Marinha e depósito para socorro de embarcações de guerra (em vista da Campanha da Guerra da Cisplatina que se desenrolava no Rio da Prata) e também serviu de alojamento das Tropas do Exército

Real que se dirigiam para a Campanha de guerra no Rio da Prata. Quanto à Armação de Santa Anna da Lagoinha, como era provida de área com boas terras, foi destinada ao plantio e cultivo da mandioca (o que ocupou e manteve os escravos e os demais trabalhadores durante o período da pesca desativada) e também serviu de local de pouso e alojamento para os primeiros colonos alemães chegados a Santa Catarina. Imigrantes esses que ali permaneceram por quase dois anos apesar de seus constantes protestos. Mais tarde, foram encaminhados para a Colônia de imigração que então para eles se criava: a Colônia de São Pedro de Alcântara.

Passados os anos, em 1831 a Coroa ainda insistia em ter retorno com a pesca da baleia e fez então mais um investimento na Armação da Piedade, que estava sob a sua jurisdição. Essa foi a última tentativa da Coroa Real quanto à pesca da baleia no litoral de Santa Catarina e foi preparada sob a custódia do Intendente da Marinha José Maria Pinto com a ajuda e recursos do então Presidente da Província de Santa Catarina, Miguel de Souza de Mello e Alvim. Para essa última tentativa, usou-se: oito lanchas baleeiras, quatro de arpoar e quatro de socorro; arpões; lanças; remos e outros materiais e mão de obra escrava (herdadas das demais Armações e que haviam sido entregues à Coroa). O resultado da pesca mais uma vez não foi animador: “apenas algumas poucas pequenas baleias que não supriram as despesas feitas para a organização da pesca” (José Maria Pinto – o Intendente da Marinha). Após essa data (1831) e em vista do prejuízo com a última pesca, a Intendência da Marinha recebeu instruções para dar um destino definitivo quanto às Armações Reais da Piedade e da Lagoinha.

Logo em seguida, nesse mesmo ano, a Armação da Lagoinha foi arrematada por particulares que mais uma vez tentaram a prática da pesca, mas como não resultava em mais produção, com o tempo foi abandonada e entrou em decadência total.

Em 1832 deu-se o término da Guerra da Cisplatina. Com isso, findaram-se também e de vez as atividades da Intendência da Marinha em Santa Catarina. Mas, a instituição Intendência havia sido útil para a cidade do Desterro e era ainda. Dessa forma, não era conveniente extinguir o órgão, pois comercialmente seria uma grande perda para o movimento do seu porto. Assim, feitas as tratativas, em seu lugar criou-se, especialmente para a Província de Santa Catarina, o Serviço da Marinha Real. A partir desse ano, a Armação da Piedade que ainda concentrava-se como patrimônio da Coroa Real, passou para a responsabilidade administrativa do Presidente da Província (e não mais da Intendência da Marinha – porque fora extinta e também não para o novo órgão da Marinha que fora recém criado). Nessa situação de Armação de Propriedade Real,

a Armação da Piedade durou um pouco mais de tempo que a Armação da Lagoinha. Porém, não muito mais tempo tendo em vista que a sua produção vinha decaindo acentuadamente ano a ano.

Ainda no ano de 1832 a Armação da Piedade foi outra vez arrendada em mais uma investida de retorno à pesca – agora, sob a responsabilidade de iniciativa particular com recursos de Antônio Mendes de Carvalho, que visava uma nova tentativa de pescaria. O contrato durou até 1836. Nesse mesmo ano, a Armação da Piedade foi devolvida e novamente incorporada ao Patrimônio da Coroa Real. Desta vez, a Coroa, não mais querendo encarregar-se de sua manutenção, doou-a à Marinha Real da cidade do Desterro com todos os seus pertences à exceção dos seus escravos que já haviam sido vendidos ou alforriados.

Após esse ano (1836), sempre às expensas da Presidência da Província, a Armação da Piedade recebeu mais algumas novas tentativas de reorganização, porém todas infrutíferas. E em 1847, a mando da Coroa Real, estabeleceram-se ali por algum tempo colonos alemães que deveriam ali permanecer e colonizar a região. Porém, a reação desses colonos, indignados com a destinação que lhes fora atribuída, foi de revolta e a maioria deles ali não permaneceu.

E nesse ritmo portanto, a partir de 1850 já bastante voltada para o cultivo da terra e para a pesca artesanal de sobrevivência e não mais para a pesca da baleia, encerraram-se de vez as atividades de pesca de baleia na Armação da Piedade. Assim, a história nos conta que até o final do Séc. XIX a atividade de pesca de baleias de *caráter oficial* extinguiu-se definitivamente do litoral de Santa Catarina.

## Referências

BALDIN, Nelma. **A Intendência da Marinha de Santa Catarina e a questão da Cisplatina**. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1980.

BUENO, Wagner. **História Naval**. Rio de Janeiro, 2008

CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington. **Pescadores e Baleeiros: A atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos Oitocentos em Itaparica - 1860-1888**. Disponível: [http://nea.ufsc.br/files/2018/07/afroasia33\\_pp133\\_168\\_Wellington.pdf-Pesca-da-Baleia.pdf](http://nea.ufsc.br/files/2018/07/afroasia33_pp133_168_Wellington.pdf-Pesca-da-Baleia.pdf) Consulta: 04/07/2019

COMERLATO, Fabiana. **A instalação das Armações de Pesca de Baleia em Santa Catarina no Século XVIII**. Disponível: <http://nea.ufsc.br/artigos/artigos-fabiana-comerlato/> Consulta: 04/07/2019

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil Colonial**. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1969.